

## FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E INCLUSÃO: QUAL A RELAÇÃO?

Ana Mayra Samuel da Silva<sup>1</sup>, Elisa Tomoe Moriya Schlünzen<sup>2</sup>, Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos<sup>3</sup>, Ana Virginia Isiano Lima<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente-SP.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela . Atualmente é docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente-SP.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. Atualmente é docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), Presidente Prudente-SP.

<sup>4</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente-SP.

### RESUMO

O objetivo desse estudo é analisar a importância da formação da equipe gestora em uma perspectiva inclusiva, a fim de que compreendam que a maneira como a escola está organizada influencia no cumprimento de sua função social para todos. A abordagem metodológica da pesquisa é qualitativa. Os participantes são membros da equipe gestora: diretora escolar, vice-diretora escolar e coordenadora pedagógica; compreendendo três participantes, de uma escola pública localizada no interior do oeste paulista. Na coleta de dados foram realizadas observações participantes com o intuito de compreender a realidade escolar (e) a forma como a instituição está organizada para atender as diferenças. A pesquisa revela a importância da apropriação dos conteúdos presentes nos documentos legais estudados para compreender que a função social da escola deve ser garantida a todos, independentemente de suas limitações ou dificuldades.

**Palavras-chave:** Função Social; Organização Escolar; Inclusão Escolar.

### SOCIAL FUNCTION OF SCHOOL AND INCLUSION: WHAT IS THE RELATIONSHIP?

#### ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the importance of training the management team in an inclusive perspective, so that they understand that the way in which the school is organized influences the fulfillment of its social function for all. The methodological approach of the research is qualitative. Participants are members of the management team: school director, school vice principal and pedagogical coordinator; comprising three participants, from a public school located in the interior of western São Paulo. In the data collection, participant observations were made in order to understand the school reality, the way the institution is organized to address the differences. The research reveals the importance of the appropriation of the contents present in the legal documents studied to understand that the social function of the school must be guaranteed to all, regardless of their limitations or difficulties.

**Keywords:** Social Function; School Organization; School Inclusion.

## INTRODUÇÃO

A aceitação e a valorização de todos os estudantes, conforme suas especificidades, é um pressuposto da educação escolar formal atual. Para tanto, as escolas precisam se organizar de maneira a cumprir sua função social e incluir aos estudantes de maneira articulada. Nesse contexto a gestão escolar tem um papel fundamental, tendo em vista que são agentes facilitadores no processo de organização escolar e podem atuar diretamente para a transformação e melhoramento de sua estrutura, quando mencionado o paradigma da inclusão.

Entender a escola como um espaço satisfatório para convívio com as diferenças nos permite compreender o conceito de Educação Inclusiva. Conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO),

Um conceito alargado de Educação Inclusiva pode ser concebido como um princípio e uma orientação geral para fortalecer a educação, com vista a um desenvolvimento sustentável, aprendizagem ao longo da vida para todos e acesso igual de todos os níveis da sociedade às oportunidades de aprendizagem. (UNESCO, 2008, p. 22)

Para que esse conceito se efetive nas escolas, Pacheco (2007) salienta que o ambiente educacional deve se reestruturar, tornando-se acolhedor, agradável e transmitir segurança para os estudantes, ou seja, o ambiente educacional deve garantir condições de acesso e permanência aos estudantes (alunos), conforme preconiza a Constituição Federal de 1988.

Segundo Lima (2017), o direito de acesso e permanência na escola a todos os estudantes se configurou como uma conquista no cenário educacional brasileiro, uma vez que, aqueles que antes permaneciam excluídos passaram a pertence. Com a democratização do ensino várias iniciativas governamentais surgiram com o intuito de revolucionar o cenário educacional.

A escola inclusiva proporciona uma educação integral, tendo em vista que os estudantes terão a oportunidade de conviver com as diferenças que caracterizam as pessoas. Assim, com a reorganização do espaço escolar, a conscientização e a formação dos profissionais da educação, se conseguirá proporcionar a todos esse privilégio em conviver e aprender em um ambiente onde todos são respeitados.

Mantoan (2000, p.2) afirma que,

[...] a inclusão é, portanto, um conceito revolucionário, que busca remover as barreiras que sustentam a exclusão em seu sentido mais lato e pleno. Aplica-se a todos os que se encontram permanente ou temporariamente incapacitados pelos mais diversos motivos, a agir e a interagir com autonomia e dignidade no meio em que vivem. O desafio da inclusão para os profissionais que atuam a serviço da melhoria da qualidade de vida humana é projetar artefatos e lançar propostas que não se destinam apenas a um grupo restrito de pessoas.

Para a autora um dos elementos centrais para que esse ambiente educacional inclusivo seja legitimado é a mudança de postura dos profissionais envolvidos com a aprendizagem dos estudantes na escola. Pois atuar de maneira inclusiva, exige formar esses profissionais, rever a estrutura e organização escolar, considerando desde o exposto no Projeto Político Pedagógico (PPP) até as práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula.

Assim, compreende-se que a equipe gestora, executora principal dos aspectos constitutivos da escola e das políticas públicas educacionais vigentes, pode atuar com sujeitos fundamentais para o processo de mudança escolar, a favor da constituição de uma escola inclusiva. Sendo assim, o objetivo desse trabalho acadêmico é analisar a importância da formação da equipe gestora em uma perspectiva inclusiva, a fim de que se compreenda que a maneira como a escola está organizada influencia no cumprimento de sua função social para todos. Dessa forma,

será apresentada, a seguir, a maneira como o estudo foi desenvolvido, bem como os resultados, discussão e conclusões.

## **METODOLOGIA**

A abordagem metodológica da pesquisa é qualitativa, pois conforme Richardson et.al (2012, p. 80),

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Por meio da abordagem qualitativa, é possível entender a natureza de um fenômeno social e buscar soluções teóricas e práticas para situação vivenciada. A partir de abordagem qualitativa, a pesquisa é comprometida com o acompanhamento e análise sobre as ações da equipe gestora de uma escola pública.

A pesquisa tem autorização ética mediante cadastro no Comitê de Ética e Pesquisa, (CAAE): 55532916.0.0000.5402. O contexto de pesquisa é uma escola municipal de ensino fundamental situada em um município brasileiro do interior paulista de pequeno porte. A escola atende estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Atualmente funciona em dois períodos (matutino e vespertino), com aproximadamente trezentos e oitenta estudantes matriculados<sup>1</sup>. Os participantes são membros da equipe gestora, compreendendo: diretora escolar (D.R), vice-diretora escolar (V.D) e coordenadora pedagógica (C.P).

Para compreender a função de cada um dos participantes da pesquisa no espaço escolar, verificar como eles atuavam e concebiam a inclusão, foi realizado um diagnóstico da instituição, por meio de observação participante. Segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 176), na observação participante “o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe”. A pesquisadora estabelece sempre “um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetada”, no sentido de coleta de dados e transmissão de informações relevantes para o contexto da escola (ANDRÉ, p. 28, 2010).

Nessa perspectiva, as observações participantes, registradas por meio de gravações em áudio, que foram transcritas, e relatório de campo da pesquisadora, permitiram coletar dados que contemplam o objetivo específico: averiguar as estratégias utilizadas no processo de formação continuada junto a equipe gestora na disseminação dos princípios de uma cultura inclusiva no contexto escolar.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Constituição Federal de 1988 evidencia um desafio, ainda, vivenciado pelas escolas públicas brasileiras: a garantia de igualdade de condições de acesso e permanência com qualidade para todos que fazem parte do processo educativo. A palavra “escola” tem sua origem na Grécia Antiga “skhole”, e tempo significado, “discussão ou conferência” em um tempo ocioso. Assim, pode-se compreender a escola como um estabelecimento destinado a uma conversa educativa, sendo que, atualmente, as escolas fazem referência aos estabelecimentos destinados a dar instruções de qualquer gênero.

No Brasil, as primeiras instituições escolares, com fins de oferecer a educação formal, permaneciam sob a alçada do Estado e eram gratuitas, no entanto, não eram destinadas à

<sup>1</sup> Informações extraídas do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Unidade Escolar.

educação de todos. Com a democratização do ensino, a evolução e a globalização mundial, a lógica empresarial passou a fazer inferências nessa instância, por isso, atualmente temos escolas públicas gratuitas e privadas. Além disso, as escolas passaram a atender a todos.

Conforme Canivez (1991, p. 33), a escola é uma instituição em que,

[...] as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui, em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra.

Dessa forma, a escola pode ser considerada como um espaço de extrema importância para o convívio com as diferenças que caracterizam o ser humano, e portanto, contribuem para a formação integral que envolve habilidades e competências relacionadas ao cognitivo, ao social, ao motor e ao afetivo. No entanto, Santos (1992) apresenta a real função social assumida pela escola desde seus primórdios: a socialização do saber sistematizado que foi construído historicamente e socialmente.

No entanto, Saviani (2012, p. 85) afirma que,

[...] a escola tem uma função especificamente educativa, propriamente pedagógica, ligada à questão do conhecimento e é preciso, pois, resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade da educação escolar.

A partir dos autores supracitados, pode-se perceber a função social da escola está diretamente relacionada com a formação educativa e humana, bem como as especificidades e diferenças de cada indivíduo. Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 994) afirmam que a instituição escolar “é uma organização em que tanto seus objetivos e resultados, quanto seus processos e meios são relacionados com a formação humana, ganhando relevância, portanto, o fortalecimento das relações sociais, culturais e afetivas que nela têm lugar”.

O direito de pertencer ao ambiente educativo e nele se formar está garantido na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), no artigo 205, que aborda a educação como um direito de todos, dever do Estado e da família. Com esse documento legal, todos, sem exceções, devem ter acesso à educação, cabendo a cada sistema de ensino se organizar para garantir o que preconiza a Constituição.

A Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) é considerada como um marco legal para a inclusão escolar no Brasil. Conforme afirma Mantoan (2005), esse documento legal deveria ser suficiente para que os gestores e professores passassem a se organizar para atender e ensinar com e para as diferenças inerentes ao ser humano nas escolas.

As diferenças no contexto escolar revelam a heterogeneidade entre os seres humanos e, no entanto, pode ser considerada como algo positivo e importante para o desenvolvimento e a formação integral humana, pois desenvolve competências que vão além do exposto pelo currículo, desenvolvendo nos seres humanos habilidades como altruísmo, solidariedade, amor ao próximo, respeito, entre outros que são fundamentais para o convívio em sociedade.

Porém, para garantir o que preconiza os documentos legais e desenvolver a principal função social da escola, cada profissional que atua no campo educacional precisa estar aberto e disposto a ir à busca de formação e informação, a fim de transformar e mudar sua própria prática, pois necessita se adequar às demandas sociais emergentes de um processo histórico que busca reconhecer a todos.

Saviani (2012) evidencia que a escola precisa se organizar para atender a diversidade, no entanto, para isso, deve engajar-se na luta contra a discriminação e a seletividade, promovendo a

conscientização e a formação dos profissionais que nela atuam, a fim de que promovam práticas pedagógicas inclusivas que sejam capazes de atingir a aprendizagem de todos. Segundo o autor, dessa maneira os profissionais que atuam na área educacional,

[...] estimularão a atividade e a iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor, mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos (SAVIANI, 2012, p. 69-70).

A escola, quando organizada de maneira com que o ritmo, as habilidades, as potencialidades e o estilo de aprendizagem de cada estudante são considerados, se torna um ambiente educacional inclusivo. Para cumprir seu papel e sua função social, a escola necessita se organizar de forma a garantir que a discriminação e a seletividade, conforme exposto por Saviani (2012), não se faça presente.

No entanto, para se tornar inclusiva, é necessário que os gestores escolares estejam atentos aos programas e ações do MEC, além de desenvolver práticas inclusivas, previstas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), como por exemplo, a formação contínua de seu quadro de funcionários e professores, articulação intersetorial, oferta de atendimento educacional especializado, entre outras.

Conforme exposto no tópico metodológico, para fins deste estudo foram desenvolvidos a observação participante da realidade de uma escola pública de um município localizado no interior paulista. Além disso, foram realizadas intervenções formativas com a equipe de gestão escolar e grupos de discussão que culminaram, posteriormente em HTPC reflexivos.

O universo escolar permitiu perceber as necessidades formativas da equipe de gestão escolar, que estavam relacionadas às ações para promover a organização de uma escola mais inclusiva que cumprisse seu papel, função social e exigências legais. Assim, foi realizado um plano de intervenção formativa direcionado à gestão escolar e priorizados estudos sobre os artigos, 205, 206, 207 e 208 da Constituição Federal de 1988, artigos 58 e 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 (BRASIL, 1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o Termo de Ajustamento de Conduta (2014), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência, nº 13.146 de 2015, o PNE, o PME e o PPP da própria unidade escolar.

Esse plano de intervenção formativa teve por objetivo compreender que as diferenças em nosso cotidiano se constituem por meio de um processo histórico e legal permeado por lutas e debates, que resultaram em conquistas das quais se podem usufruir hoje. Com as leituras foram possível que a equipe de gestão escolar compreendesse o porquê as escolas, atualmente, atendem a um público heterogêneo.

O estudo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a gestora DR refletiu sobre o cenário educacional em que se encontra o município em que a escola está localizada, e afirmou que,

*“[...] na prática não acontece da forma como é colocado nas políticas públicas, nem no estado e nem no município, não é uma realidade da nossa cidade. É uma realidade nacional. Nem todas as práticas inclusivas acontecem” (D.R).*

Refletindo sobre o excerto acima, de fato, nem todos os municípios e escolas brasileiras desenvolvem todas as práticas inclusivas preconizadas pelos documentos legais, pois cada sistema de ensino tem autonomia para discernir e promover àquelas que são possíveis e condizem com a realidade. Considerando isso, buscou-se elevar a autoestima da gestora D.R, apresentado a ela esse fato.

Ropoli et.al. (2010, p. 14) alegam que uma das funções da escola é proporcionar aos estudantes a convivência entre seus pares, e desenvolver “a cooperação e a produção em grupo com base nas diferenças e talentos de cada um e na valorização da contribuição individual para a consecução de objetivos comuns de um mesmo grupo”. Entretanto,

*[...] para que a inclusão aconteça todos devem estar preparados: a escola, os professores, a família e principalmente a própria criança. (D.R)*

O exposto pela gestora D.R é de fundamental importância, tendo em vista que a maneira como os estudantes são incluídos no contexto escolar está diretamente relacionado com a sua organização, preparo dos profissionais, diálogo com a família e trabalhos intersetoriais.

*Na escola nossa função é ensinar. Pensando no futuro dos estudantes o ideal seria que todos saíssem lendo, escrevendo e realizando as quatro operações matemáticas. Mas eu compreendo que isso depende muito do tempo de cada um. (DR)*

A organização do espaço escolar precisa considerar o exposto na fala da gestora D.R, os estudantes são capazes de aprender, desde que seu tempo e ritmo seja respeitados no processo de escolarização. Assim, a escola conseguirá cumprir sua função social e incluir, sem discriminações.

## CONCLUSÕES

Vivenciar a realidade escolar é extremamente importante para perceber quais são os reais entraves encontrados por uma instituição que se dispõe a oferecer um processo de ensino e de aprendizagem de qualidade a todos os seus estudantes, suas lutas para atingir os objetivos propostos por meio de alternativas sugeridas conforme prevê a política pública educacional brasileira.

A apropriação dos conteúdos presentes nos documentos legais estudados foi fundamental para compreender que a função social da escola deve ser garantida a todos, independentemente de suas limitações ou dificuldades. Para isso, as escolas e os que nela atuam precisam considerar que cada ser humano aprende em tempos e de maneiras diversas.

Além disso, o estudo proporcionou além de informação, uma formação da equipe gestora escolar que passou a compreender que além de garantir a função social da escola, a forma como a mesma está organizada é fundamental para que a inclusão escolar seja possível.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 17 ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União** [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9304/96. Brasília: 1996.
- CANIVEZ, P. **Educar o cidadão?** Campinas: Papirus, 1991.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica: técnicas de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F; TOSCHI, M. S. (Org.). **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, A. V. I. **Trabalho com projetos na perspectiva da Educação Inclusiva com estudantes em uma comunidade de risco**. 2017. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia – Presidente Prudente/SP.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças. **Nova Escola**, mai. 2005.

BRASIL. O verde não é azul listrado de amarelo: considerações sobre o uso da tecnologia na educação/reabilitação de pessoas com deficiência. In: **Espaço**, n.13, p.55-59, junho 2000.

PACHECO, J. et al. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

ROPOLI, E.A.; MANTOAN, M. T. E.; SANTOS, M. T. C. T.; MACHADO, R. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Coleção: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar/Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, v. 1 (jan. 2010), Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

SANTOS, O. J. **Pedagogia dos conflitos sociais**. Campinas, Papirus. 1992.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

UNESCO. 48<sup>th</sup> **International Conference on Education - conclusions and recommendations**. Geneve: IBE, 2008.